



35 segurança hídrica. Thiago Henriques Fontenelle informou que foi considerada a vazão  
36 regularizada por poucos reservatórios, tendo sido incorporadas as vazões de restrição  
37 informadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Rosana Mendes  
38 Evangelista esclareceu que mais informações poderiam ser obtidas na nota técnica sobre  
39 hidrologia que será disponibilizada e contribuições poderão ser enviadas à ANA. Felipe  
40 Augusto Dias, da SOS Pantanal e relator do GAP, informou que um mapa de uso e  
41 ocupação do solo de 2014 deverá ser publicado em breve. No tema saneamento,  
42 Dulcélya Mônica de Q. Souza, da SANESUL, manifestou de que dispõe de dados mais  
43 atuais sobre o tema.

44 Após a apresentação, Nedio Carlos Pinheiro abriu a palavra aos participantes da reunião.  
45 Igor Souza Ribeiro, do MME, questionou se na etapa de diagnóstico haverá algum tipo de  
46 cruzamento de dados que permitam obter relações do tipo causa e efeito de alterações na  
47 bacia. Thiago H. Fontenelle respondeu que as análises se baseiam em séries históricas  
48 de dados, como nos dados de qualidade de água, e que o cruzamento de informações e  
49 as diretrizes que dela emergirão serão amplamente discutidas com o GAP. Débora  
50 Calheiros, do FONASC, comentou que alguns parâmetros de qualidade de água em áreas  
51 inundadas fogem aos padrões do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, mas  
52 que isso é muitas vezes de origem natural.

53

#### 54 **Sobrevoos da Bacia**

55 Thiago Henriques Fontenelle informou que o sobrevoos prevê 7.500 km e 40 horas, a ser  
56 feito em duas etapas (2 semanas). A contratação da empresa deverá ser avaliada pela  
57 Diretoria da ANA nessa semana. A expectativa é de que a atividade seja realizada em  
58 outubro antes do início das chuvas mais intensas. Rosana Mendes Evangelista confirmou  
59 os membros do GAP que comporão a equipe de sobrevoos e informou que aguarda a  
60 indicação dos representantes dos órgãos gestores de recursos hídricos de Mato Grosso e  
61 Mato Grosso do Sul.

62 Reinaldo Lourival, da Neotropica, indagou se existe um processo formal de imageamento  
63 durante o sobrevoos. Rosana M. Evangelista esclareceu que o foco do sobrevoos é o  
64 reconhecimento da bacia. Reinaldo Lourival informou que realizou 6 horas de sobrevoos e  
65 que poderia disponibilizar as informações. Thiago Henriques Fontenelle mostrou o tipo de  
66 informação produzida pelos sobrevoos da ANA, tomando como exemplo da bacia do rio  
67 Paranapanema, e comentou que haverá uma nota técnica sobre a atividade.

68 Débora Calheiros informou que não pode ler a ata da última reunião, mas queria retomar

69 a questão da manifestação do GAP a respeito da suspensão do licenciamento dos  
70 empreendimentos hidrelétricos, uma proposta feita nas duas últimas reuniões e que ainda  
71 não havia sido colocada em votação. José Luiz Gomes Zoby registrou que esse tema  
72 fazia parte de amanhã da reunião. Alessandra Panizi, da Federação das Indústrias do  
73 Estado de Mato Grosso - FIEMT, ressaltou que a lei 9.433 não prevê restrições  
74 específicas a um setor. Afirmou que, nessa linha de abordagem proposta, outros assuntos  
75 igualmente importantes como saneamento deveriam também ser objeto de suspensão.  
76 Vania Maria Ferreira considerou descabida a manifestação do grupo sobre a suspensão  
77 de licenciamentos dos empreendimentos hidrelétricos na bacia. Débora Calheiros afirmou  
78 que pela Resolução nº 152/2013 o GAP é um pré-comitê de bacia que pode deliberar e  
79 fazer recomendações sobre o assunto e que caberia aplicar os princípios da Precaução e  
80 da Prevenção, uma vez que a mesma Resolução foi criada justamente para avaliar os  
81 impactos de hidrelétricas na bacia formadora do Pantanal, inclusive em resposta à  
82 Recomendação nº 6/2012 do Comitê Nacional de Zonas Úmidas e que a proposta  
83 apresentada pelo FONASC nada mais é do que a mesma proposição da Ação Civil  
84 Pública – ACP ainda em tramitação (de autoria do MPF-MS e MPE-MS) que também  
85 pede a suspensão dos licenciamentos e das outorgas dos empreendimentos hidrelétricos  
86 até que uma avaliação em nível de bacia seja devidamente realizada, como manda a Lei  
87 de Recursos Hídricos, a Resolução CONAMA nº 01/1986 e a Constituição Federal, uma  
88 vez que o Pantanal é considerado Patrimônio Nacional. Lucélia Denise Perin Avi, da  
89 Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso – FAMATO, afirmou que o tema já  
90 havia sido discutido e votado na reunião anterior, informação a qual Débora Calheiros  
91 rejeitou. Após muitas discussões sobre a abordagem dada ao tema na reunião anterior,  
92 Débora Calheiros afirmou que o sr. Nédio “estava mentindo e que aqueles que afirmavam  
93 isso estavam loucos e achando que nós somos bobos”. A sra. Débora colocou o dr. André  
94 Luiz Almeida, MPE/MT, na linha numa ligação via celular e afirmou a todos os presentes  
95 que o Promotor negava veementemente que tivesse havido deliberação do grupo sobre o  
96 assunto e perguntou em público se alguém gostaria de falar diretamente com ele. Juraci  
97 de Ozêda Ala Filho, Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Mato  
98 Grosso, manifestou que o grupo deveria se posicionar tecnicamente sobre os assuntos  
99 relevantes e que a decisão de impedir, por exemplo, a implantação de empreendimentos  
100 hidrelétricos, é política. Nedio Carlos Pinheiro se posicionou na condição de técnico  
101 considerando que a elaboração do plano de recursos hídricos forneceria elementos para o  
102 posicionamento do GAP. Débora Calheiros informou que a manifestação do grupo nesse

103 momento não seria prematura, mas seguiria os princípios da Precaução e da Prevenção,  
104 e em respeito à Constituição Federal, à Lei nº 9433/97, bem como aos objetivos da  
105 Resolução nº 152/2013. Solicitou a realização de votação dos membros do GAP sobre o  
106 assunto. Felipe Dias retomou a ata de reunião e os entendimentos registrados na reunião  
107 anterior para esclarecer as discussões ocorridas e as decisões tomadas.

108 Felipe Dias, retomando o tema do sobrevoo, relatou que havia executado sobrevoo de 12  
109 horas recentemente na bacia. Mostrou o roteiro e fotos. Destacou que será produzido um  
110 relatório específico e que as informações produzidas poderão ser disponibilizadas.

### 111 **Comunicação, Mobilização e Participação Social no Plano de Recursos Hídricos**

112 Luis Mello, da ANA, se apresentou e iniciou a apresentação da experiência da ANA no  
113 processo de participação pública no âmbito da elaboração dos planos de recursos  
114 hídricos, tendo destacado os casos das bacias dos rios Paranapanema e Grande (anexo  
115 3). Ressaltou os diversos produtos dessa atividade, entre eles o mapeamento de atores.  
116 Acrescentou que é contratada uma empresa para execução dos serviços.

117 Juraci de Ozêda Ala Filho indagou como seria possível envolver os comitês de bacia. Luis  
118 Mello considerou que seria possível adaptar a estratégia, de modo a conseguir a  
119 participação dessas instâncias. Débora Calheiros achou interessante a proposta, mas  
120 destacou a importância da participação dos pescadores no processo de elaboração do  
121 plano de recursos hídricos e da estratégia de envolvê-los nas audiências públicas, bem  
122 como os Comitês de Bacia. Ressaltou a possibilidade de repassar contatos desse  
123 segmento. Indagou se os resultados desse processo seriam públicos, para poderem ser  
124 utilizados no curso de pós-graduação da universidade federal. Luis Mello respondeu que  
125 sim. Claudete Bruschi, do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL,  
126 fez propostas em relação à construção do processo participativo a partir das experiências  
127 com comitês de bacia do Estado do Mato Grosso do Sul. Leonardo Sampaio Costa, do  
128 IMASUL, indagou se haveria contratação de empresa específica e Luis Mello respondeu  
129 afirmativamente. Reinaldo Lourival fez considerações sobre a importância de preparação  
130 de reuniões específicas para alguns públicos que tem menos acesso aos meios de  
131 comunicação e da ampliação da participação da sociedade nessas discussões. Nedio  
132 Carlos Pinheiro propôs que alguns presentes se reunissem ao final da reunião para  
133 apresentar propostas ao tema.

### 134 **Expansão do plantio da soja em áreas de mananciais da região de Bonito – MS e Projeto** 135 **Formoso Vivo**

136 Luciano Loubet, promotor do Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul,

137 apresentou as atividades de recuperação ambiental realizadas na bacia do rio Formoso  
138 do Projeto Formoso Vivo, implantado entre 2004 e 2013. O trabalho contou com o apoio  
139 técnico da Neotropica e contribuiu para a conservação ambiental via instrumentos legais  
140 disponíveis, que são as áreas de preservação permanente - APPs, reserva legal e  
141 conservação e uso do solo. Destacou que a metodologia adotada deu origem ao projeto  
142 SOS Rios, que está sendo desenvolvido em outras bacias como, por exemplo, do rio  
143 Miranda. Ressaltou o apoio das parcerias como IBAMA e IMASUL na execução do projeto.  
144 Em seguida, fez relato sobre as discussões em torno da manutenção da área de  
145 preservação de 150 m na bacia do rio Formoso e apresentou questões associadas à  
146 dessedentação do rebanho bovino e ao corte de árvores para expansão da agricultura.  
147 Juraci de Ozêda Ala Filho indagou sobre o aporte de agrotóxicos e a construção de  
148 estradas que contribuem significativamente para o assoreamento dos rios. Luciano Loubet  
149 disse que não há como dimensionar o impacto dos agrotóxicos, mas que há uma iniciativa  
150 para realizar o monitoramento desses parâmetros. Em relação às estradas vicinais,  
151 esclareceu que a principal questão vinculada à recuperação é o custo para o poder  
152 público e que é importante estabelecer parcerias com o empreendedor privado. Juraci de  
153 Ozêda Ala Filho elogiou a atuação do promotor, assim como Débora Calheiros. Reinaldo  
154 Lourival destacou a importância de um futuro comitê de bacia para tratar da questão  
155 ambiental de forma mais ampla na bacia, sem compartimentar o território.

#### 156 **Licenciamento de empreendimentos hidrelétricos**

157 Nedio Carlos Pinheiro manifestou que considerava importante avaliar se o GAP teria  
158 competência para se manifestar sobre esse assunto. Débora Calheiros esclareceu  
159 veementemente que esta não foi a proposta apresentada por ela e que havia sido  
160 acordada para ser votada neste último dia da reunião: o posicionamento em relação à  
161 suspensão dos licenciamentos dos empreendimentos hidrelétricos antes da aprovação do  
162 Plano de Recursos Hídricos pelo CNRH. Reafirmou que sua proposta é de que o GAP  
163 manifeste como recomendação a quem é de direito sobre a paralisação dos  
164 licenciamentos dos empreendimentos hidrelétricos até que o Plano de Recursos Hídricos  
165 seja finalizado e aprovado, perguntando aos presentes: Por que, então, estaríamos  
166 realizando o Plano de Bacia? Para que estaríamos planejando o uso dos recursos  
167 hídricos da região, em especial pelo setor elétrico, com o objetivo de se assegurar os  
168 usos múltiplos, com gastos elevados de dinheiro público? Igor Souza Ribeiro ressaltou a  
169 participação do pantaneiro presente na 3ª reunião, realizada em Cuiabá, quando o  
170 mesmo afirmou existirem rios sem PCHs na bacia e com redução da quantidade de

171 peixes, inferindo, portanto, não haver associação exclusiva e direta das PCHs com a  
172 redução da quantidade de peixes. Igor Souza Ribeiro questionou então a legitimidade do  
173 pleito da senhora Débora Calheiros como representante da sociedade civil ao atribuir  
174 exclusivamente ao setor elétrico as ameaças à bacia. Juraci de Ozêda Ala Filho destacou  
175 a importância da elaboração do diagnóstico como subsídio para qualquer tomada de  
176 decisão técnica. Reinaldo Lourival considerou que o grupo poderia se manifestar por meio  
177 de recomendação. Vania Maria Ferreira discordou da proposta da senhora Débora  
178 Calheiros, destacando que a recomendação de suspensão de atividades deveria, então,  
179 ser realizada, também, para outras atividades, como agricultura e pecuária (uso de  
180 agrotóxicos e outras substâncias) e lançamento de esgotos domésticos e também  
181 industriais. Marcia Divina de Oliveira, da Embrapa Pantanal, informou que a ANA está  
182 solicitando à Embrapa a realização de estudo específico sobre o impacto das usinas  
183 hidrelétricas, que deverá ter duração de cerca de 2 anos e custar alguns milhões de reais.  
184 Manifestou-se a favor da adoção do princípio da precaução sobre esse assunto. Vania  
185 Maria Ferreira ressaltou que existe uma legislação a ser cumprida para a instalação de  
186 empreendimentos hidrelétricos que não pode ser desconsiderada. Débora Calheiros  
187 destacou a importância do tema na origem do plano de recursos hídricos e o histórico da  
188 questão dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, lembrando que o motivo de  
189 elaboração da Resolução CNRH nº 152/2013 foi principalmente devido à proliferação de  
190 empreendimentos hidrelétricos sem qualquer planejamento em nível de bacia hidrográfica,  
191 já que os licenciamentos atuais são feitos individualmente para cada empreendimento e  
192 que agora não se tem mais 110 empreendimentos previstos, mas 118, totalizando 162  
193 barragens na bacia, ao se incluir as 44 já construídas. Aluizio São José, prefeito do  
194 município de Coxim, manifestou preocupação quanto às restrições impostas pela  
195 legislação ambiental ao desenvolvimento da região em termos, por exemplo, de indústria.  
196 Ressaltou que a economia e o desenvolvimento de seu município é fortemente  
197 dependente e sustentado pelo turismo de pesca. Destacou a preocupação adicional em  
198 relação aos impactos sinérgicos dos empreendimentos hidrelétricos no município em  
199 relação à navegação e aos peixes e sua relação com o turismo. Manifestou seu  
200 posicionamento a favor do princípio da precaução no que diz respeito a esses  
201 empreendimentos. Rosana Mendes Evangelista manifestou a falta de informações para a  
202 tomada de decisão sobre o assunto e destacou as ações da ANA para superar essas  
203 lacunas. Alessandra Panizi informou que não autorizava a utilização da sua imagem, dado  
204 que havia sido iniciada gravação de vídeo sem autorização prévia do grupo. Em seguida,

205 destacou que a legislação ambiental já prevê um conjunto de exigências para  
206 implementação de empreendimentos hidrelétricos. Suzan Lannes, da Associação  
207 Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, ressaltou que seria importante conhecer a  
208 ação civil pública existente em andamento sobre o tema e os aspectos que ela traz de  
209 novo, porque a situação geral já é bem conhecida. José Luiz Gomes Zoby comentou que  
210 considerava que o tema estava fora da competência do GAP e que na proposta da  
211 senhora Débora Calheiros faltava esclarecer a quem seria encaminhada uma eventual  
212 deliberação do grupo. Débora Calheiros mencionou que a recomendação do  
213 licenciamento dos empreendimentos seria encaminhada aos órgãos públicos pertinentes  
214 como ANA, Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, Ministério do Meio  
215 Ambiente - MMA e órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Lucélia Denise Perin  
216 Avi questionou a filmagem, quem estava realizando e a necessidade de autorização da  
217 coordenação do GAP para a filmagem. Débora informou que o FONASC havia contratado  
218 empresa para realizar o registro audiovisual da reunião e lembrou à sra. Panizi e à sra.  
219 Avi que as reuniões do GAP, bem como as do CNRH, são públicas e muitas vezes estas  
220 últimas são veiculadas ao vivo via internet. Leonardo Sampaio Costa se manifestou contra  
221 a manifestação do grupo sobre a suspensão dos licenciamentos, proposta pelo FONASC,  
222 que já está judicializado e não identificou competência do GAP para o assunto. Débora  
223 Calheiros solicitou à ANA que as próximas reuniões sejam devidamente gravadas. Nedio  
224 Carlos Pinheiro manifestou que seu papel era buscar consensos, inclusive nesse tema.  
225 Ressaltou o posicionamento da representante do FONASC em requerer de forma  
226 insistente a votação e que o FONASC teria questionado uma decisão do CEHIDRO-MT  
227 sobre a representação da Sociedade Civil e do segmento de Pesca, Turismo e Lazer  
228 serem também funcionárias da SEMA-MT. Débora Calheiros explicou aos demais  
229 membros do GAP que o questionamento do FONASC, representante da sociedade civil  
230 no CNRH, é totalmente legítimo, uma vez que há claro conflito de interesses quanto a  
231 estas representações estarem sendo ocupadas por funcionárias do próprio órgão gestor  
232 responsável pelos licenciamentos ambientais e pela concessão de outorgas de uso da  
233 água, mesmo que as mesmas tenham sido referendadas, posteriormente ao  
234 questionamento, pelo CEHIDRO-MT. José Luiz Gomes Zoby, em seguida, indagou aos  
235 membros do GAP se desejavam realizar a votação, tendo questionado se seria  
236 competência do grupo se manifestar sobre o assunto. A sra. Débora questionou se  
237 haveria o quórum necessário. A maioria se manifestou a favor da realização da votação,  
238 uma vez esclarecida a dúvida consultando-se o regimento interno do GAP. Em seguida,

239 foi procedida a votação para verificar se o GAP se manifestaria a favor da suspensão do  
240 licenciamento ambiental dos empreendimentos hidrelétricos até que o plano de recursos  
241 hídricos fosse concluído. O resultado foi o seguinte: 3 votos a favor da proposta (Márcia  
242 Divina de Oliveira - Embrapa, Débora Calheiros – FONASC e Marlian Leão de Oliveira -  
243 MI); 7 votos contra (Vania Maria Ferreira - MME, Lucélia Denise Perin Avi - FAMATO,  
244 Suzan Lannes de Andrade – ABES/MT, Alessandra Panizi - FIEMT, Daniele Coelho  
245 Marques - FAMASUL, Dulcélya Monica de Queiroz Sousa - SANESUL, Juraci de Ozêda  
246 Ala Filho – SEPLAN/MT); e 3 abstenções (Rosana Mendes Evangelista - ANA, Leonardo  
247 Sampaio Costa-SEMADE/MS e Margarida Marchetto - UFMS). Os representantes do GAP  
248 que se abstiveram manifestaram considerar que o tema proposto para votação fugia à  
249 competência do grupo.

250 Nedio Carlos Pinheiro propôs que novos temas de pauta fossem propostos com pelo  
251 menos 30 dias de antecedência para viabilizar o convite pela coordenação. Não houve  
252 manifestações contrárias à proposta.

253 Débora Calheiros se manifestou para que houvesse manifestação por parte da  
254 coordenação a respeito das demandas por palestras que havia realizado em reuniões  
255 anteriores e que a coordenação deveria informar sobre o atendimento ou não dessas  
256 demandas, explicando o por quê quando as mesmas não puderem ser realizadas. Além  
257 disso, solicitou novamente que as próximas reuniões fossem gravadas pela ANA.

258 Vania Maria Ferreira e Igor Souza Ribeiro apresentaram dados sobre o consumo e  
259 produção de energia elétrica nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e sobre  
260 o potencial hidrelétrico na bacia. Em geral, o consumo de energia nestes Estados é  
261 superior à produção local, e, em relação ao potencial hidrelétrico na bacia, observa-se  
262 que 32% do potencial hidrelétrico estão atualmente em operação, enquanto 4% com  
263 projeto básico concluído e 24% em fase de inventário segundo o SIPOT/Eletronbras (anexo  
264 4).

#### 265 **Encaminhamentos**

266 A ANA disponibilizará, nas duas próximas semanas, os textos associados aos resultados  
267 preliminares da etapa de diagnóstico.